



CONSTRUÇÃO

Regras da DGS vão ter efeito na produtividade das obras

O presidente da AICCOPN não tem dúvidas de que as orientações da Direção-Geral da Saúde para o setor da construção vão representar um custo efetivo, mas considera que “mais relevante é a consequente perda de produtividade, que é inevitável”.

Miguel Baltazar

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

As orientações que a Direção-Geral da Saúde (DGS) divulgou no sábado para os trabalhadores e empresas da construção civil, setor onde tem havido um aumento de casos de covid-19, “estão em linha com as principais orientações dos organismos nacionais e internacionais” e o seu “cumprimento reduz, de forma muito significativa, os riscos de contágio”, garantiu ao Negócios Manuel Reis Campos, presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN).

Em seu entender, no entanto, mais do que representarem um aumento dos custos das empresas, as medidas terão impactos na produtividade do setor. “A aplicação destas regras, que já é uma prática comum na generalidade das empresas estruturadas, independentemente da sua dimensão, representa um custo efetivo, associado à necessidade de adaptação de espaços e métodos de trabalho, à logística associada ao alojamento e transporte dos trabalhadores, à aquisição de materiais como máscaras e soluções desinfetantes”. “Mas, mais relevante é a consequente perda de produtividade que é inevitável”, afirmou Manuel Reis Campos.

É que as orientações da DGS determinam que seja limitado o número de trabalhadores e de empresas a operar em simultâneo em cada estaleiro, que sempre que possível os trabalhos devem ser realizados garantindo o distanciamento físico de dois metros entre pessoas e que os trabalhadores de-



Manuel Reis Campos, presidente da AICCOPN, salienta que a fileira da construção e imobiliário representa mais de 600 mil trabalhadores.

vem ser organizados de forma a manter equipas fixas com os mesmos trabalhadores em cada estaleiro, sempre que seja exequível.

Apoios públicos

Para Reis Campos, “as questões inerentes ao impacto destas medidas no setor e, consequentemente, na produtividade do tecido empresarial têm de ser objeto de uma intervenção mais alargada que está a ser alvo de discussão com o Governo e que, naturalmente, têm de equacionar outras questões como eventuais apoios públicos”.

O presidente da AICCOPN recorda que ainda em março foi apresentado ao Executivo o projeto “Criar Resiliência na Indústria da Construção”, que prevê, entre outras medidas, a criação da plataforma digital. Em sua opinião, esta plataforma pode representar “uma importante redução dos custos relacionados com a gestão dos complexos fluxos operacionais do setor”. Para o responsável, “ainda que não represente um encargo financeiro para os cofres do Estado, este apoio público à criação da plataforma é extremamente relevante para o setor”.

Sobre as orientações da DGS, Reis Campos considera que “estamos a falar de constrangimentos que se traduzem em questões operacionais com que as empresas têm de lidar”. O presidente da AICCOPN não vê entraves à obrigatoriedade do uso de máscara por parte dos trabalhadores do setor. “Considerando que há algum tempo a esta parte não existem problemas ao nível de ‘stock’ de máscaras e já haviam sido dadas recomendações às empresas para a sua utilização, não nos parece que esta medida oferecerá dificuldades significativas ao nível da sua execução”, frisa.

Sobre a redução de dois terços na ocupação das viaturas, medida em vigor desde 15 de junho para veículos particulares com lotação superior a cinco lugares, “é uma limitação, mas é comum a todas as atividades”, sublinha.

Durante o estado de emergência no país, ao contrário de outros setores, a construção não viu suspensas as obras e manteve-se, globalmente, em atividade. Reconhecendo que mais recentemente houve um problema localizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, que envolve, entre outras atividades, algumas obras, Reis Campos



TOME NOTA

Máscaras e dispensadores nos estaleiros

A DGS divulgou sábado orientações para trabalhadores e empresas de construção civil para prevenção da covid-19, tendo em conta o aumento do número de casos associados a este setor.



Estas orientações estão em linha com as recomendações que, logo em março, a AICCOPN emitiu e divulgou junto das associadas.

Questões inerentes ao impacto destas medidas e na produtividade do tecido empresarial têm de ser objeto de uma intervenção mais alargada que está a ser objeto de discussão com o Governo.

MANUEL REIS CAMPOS
Presidente da AICCOPN



salienta que “a construção nunca foi apontada como sendo um foco de preocupação específica por parte das autoridades”.

Quanto à fiscalização do cumprimento das novas normas, o responsável garante que as empresas estão sensibilizadas “e, seguramente, a fiscalização não constituirá um problema, antes pelo contrário”. Já para a “franja de intervenientes irregulares” neste setor, considera que “a fiscalização tem um papel preponderante neste domínio”. ■

MÁSCARAS OBRIGATÓRIAS

Nos estaleiros devem ser colocados dispensadores de solução antisséptica à base de álcool, água e sabão, papel das mãos e caixotes do lixo em todos os locais partilhados pelos trabalhadores e nas zonas de acesso às instalações. Deve ser garantida a utilização de máscara.

DISTANCIAMENTO DE DOIS METROS

Sempre que possível, os trabalhos devem ser realizados com um distanciamento físico de 2 metros entre pessoas. Para isso, cada estaleiro deve rever o planeamento da atividade antes do início de cada tarefa, limitando o número de trabalhadores e empresas a operar em simultâneo.

EQUIPAMENTOS SEM PARTILHA

Os equipamentos de trabalho não devem passar “de mão em mão”, devendo ser higienizados antes de serem utilizados por outro trabalhador. Deve também ser assegurada uma boa ventilação dos espaços.

VIATURAS A 2/3

A lotação nas viaturas de transporte de trabalhadores deve ser reduzida para 2/3 para manter o distanciamento físico. Durante o transporte todos os ocupantes devem usar máscara. E após a utilização das viaturas, devem ser limpas e desinfetadas.

ÁREA DE ISOLAMENTO

Todos os estaleiros têm de estar preparados para a abordagem de casos suspeitos de covid-19, e os planos de contingência devem contemplar, entre outros, a definição de uma área de isolamento.